

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas, 2 remotamente, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da 3 Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sob a presidência do vice-reitor, 4 Roberto Vieira Pordeus, para deliberar sobre a pauta da terceira reunião extraordinária de 5 dois mil e vinte. Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura 6 (PROEC): Paulo Gustavo da Silva; Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): Sueldes de 7 Araújo; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG): Glauber Henrique de Sousa 8 Nunes; os Conselheiros representantes docentes: Centro de Ciências Agrárias (CCA): Aurélio 9 Paes Barros Junior; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): Lívio Carvalho de 10 Figueiredo; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): Rafael Castelo Guedes Martins; 11 Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): Ângelo Magalhães Silva; Centro 12 de Engenharias (CE): Manoel Quirino da Silva Junior; Centro Multidisciplinar de Angicos 13 (CMA): Francisco Edcarlos Alves Leite; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): Hudson 14 Pacheco Pinheiro; Representante técnico-administrativo: Maria de Lourdes Fernandes de 15 Medeiros; Representantes discentes: Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva, 16 Anne Janaina Toscano dos Santos Silva e lanara Maressa Macedo da Rocha. 17 Conselheiros com faltas justificadas: José Torres Filho, Ricardo Paulo Fonseca Melo. PAUTA: 18 Primeiro ponto: Apreciação e deliberação sobre minuta de resolução que regulamenta as 19 atividades acadêmicas dos cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido 20 (UFERSA), excepcionalmente de forma remota, enquanto perdurar as medidas de isolamento 21 social decorrentes da pandemia da Covid-Dezenove. Segundo ponto: Apreciação e 22 deliberação sobre calendário da pós-graduação, conforme memorando eletrônico encaminhado 23 pela PROPPG. Tendo constado o quórum legal, o presidente, Roberto Vieira Pordeus, 24 declarou aberta a reunião, fez a leitura da pauta e a colocou em discussão. As justificativas de 25 ausência foram votadas e aprovadas por unanimidade. O conselheiro Hudson Pacheco 26 Pinheiro propôs a inversão dos pontos de pauta e, também, que se fosse discutido 27 primeiramente os calendários. O conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite propôs o 28 desmembramento do primeiro ponto, referente ao calendário e à minuta. O conselheiro Aurélio 29 Paes Barros Junior solicitou a retirada do calendário da pós-graduação do segundo ponto de 30 pauta. O conselheiro Glauber Henrique de Sousa Nunes salientou a necessidade de que o 31 calendário da pós-graduação fosse mantido em pauta. A conselheira lanara Maressa Macedo 32 da Rocha endossou a proposta de retirada de pauta do calendário da pós-graduação. Após 33 discussões, a proposta do conselheiro Aurélio Paes Barros Junior foi votada e reprovada por



34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

seis votos favoráveis, oito votos contrários e uma abstenção. A proposta do conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro foi votada e reprovada por um voto favorável, oito votos contrários e duas abstenções. A proposta do conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite foi votada e aprovada por doze votos favoráveis, um voto contrário e duas abstenções. Logo após, a pauta, com alterações, foi votada e aprovada por unanimidade. PRIMEIRA SESSÃO. PRIMEIRO PONTO. O presidente, Roberto Vieira Pordeus, colocou o ponto em discussão. O relator da minuta, o conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior, salientou que seu relatório havia sido comprometido em função de documentos aprovados recentemente. Em seguida, o relator externou seu voto favorável ao texto da minuta com alterações. Logo após, o voto do relator foi votado e aprovado por unanimidade. O conselheiro Lívio Carvalho de Figueiredo propôs que se votasse primeiramente o texto original e, caso não fosse aprovado, se votassem as emendas. A proposta foi votada e aprovada por quatro votos favoráveis e três votos contrários. O presidente, Roberto Vieira Pordeus, deu início à discussão da minuta aprovando, por doze votos favoráveis e três abstenções, a proposta do CMC de substituição do termo "perdurar" por "perdurarem" ao longo de todo o texto da minuta. Logo após, o conselho seguiu aprovando as seguintes redações: "Regulamenta as atividades acadêmicas dos cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), excepcionalmente de forma remota, enquanto perdurar a emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-DEZENOVE)" (proposta pelo CE e aprovada por onze votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção); "CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os critérios para oferta de componentes curriculares, excepcionalmente de forma remota, enquanto perdurar o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-DEZENOVE)" (proposta pelo CE e aprovada por nove votos favoráveis e um voto contrário); "CONSIDERANDO o disposto no Plano de Biossegurança da UFERSA em Tempos de Pandemia de primeiro de outubro de dois mil e vinte." (proposta pelo CMPF e aprovada por nove votos favoráveis, um voto contrário e quatro abstenções); "CONSIDERANDO o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP Número dezenove de dois mil e vinte, aprovado em dez de dezembro de dois mil e vinte, que trata das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei número quatorze mil e quarente de dezoito de agosto de dois mil e vinte, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo número seis, de vinte de março de dois mil e vinte." (proposta pelo CE e aprovada por unanimidade); "CONSIDERANDO o Parecer CNE/CP número cinco de dois mil e vinte, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da



70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

Pandemia da COVID-DEZENOVE." (proposta pelo CCA e aprovada por unanimidade); "CONSIDERANDO a Lei nove mil trezentos e noventa e quatro de mil novecentos e noventa e seis, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional." (proposta pelo CCA e aprovada por unanimidade); "CONSIDERANDO a Constituição Federal que garante que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão." (proposta pelo CMC e aprovada por dez votos favoráveis, quatro votos contrários e uma abstenção); "artigo primeiro: Regulamentar as atividades acadêmicas dos cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), excepcionalmente de forma remota, enquanto a emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-DEZENOVE)." (proposta pelo CE e aprovada por treze votos favoráveis e duas abstenções). Em seguida, as propostas do CMA de transformação do parágrafo único do artigo primeiro em parágrafo primeiro, com a seguinte redação: "parágrafo primeiro: Os semestres letivos, em caráter excepcional, ficam dispensados da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias letivos constante no artigo quarenta e sete da Lei de Diretrizes e Bases nove mil trezentos e noventa e quatro de mil novecentos e noventa e seis." e, ainda, a proposta de criação do parágrafo segundo do mesmo artigo, com a seguinte redação: "paragrafo segundo: Uma vez iniciado um semestre letivo de forma remoto este deve permanecer até o fim mesmo com o encerramento de isolamento social decorrente da pandemia COVID-DEZENOVE", foram votadas e aprovadas por seis votos favoráveis, cinco votos contrários e três abstenções. Logo após, o conselho seguiu aprovando as seguintes redações: "artigo segundo: O formato remoto de que trata o caput do artigo primeiro consiste de atividades acadêmicas de ensino-aprendizagem realizadas em situação domiciliar pelos discentes, sob orientação docente, com o uso de tecnologias digitais, em circunstâncias excepcionais." (proposta original e aproada por doze votos favoráveis e três abstenções); "artigo terceiro: As diretrizes acadêmicas aqui estabelecidas constituem-se de normas acadêmicas emergenciais que deverão ser consideradas pelos Departamentos Acadêmicos, Coordenações de Curso, Colegiados de Cursos e/ou Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) de modo a garantir a realização das atividades acadêmicas dos semestres, de forma flexível, enquanto perdurar a emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-DEZENOVE), e atentando-se à qualidade do ensino, respeitando-se as características de cada unidade acadêmica, cursos, áreas do conhecimento, componentes curriculares e práticas pedagógicas inerentes." (proposta pelo CE e aprovada por nove votos favoráveis e seis votos contrários); "parágrafo segundo do artigo segundo: A oferta de componentes curriculares que envolvam atividades práticas presenciais será autorizada para os discentes com previsão de



106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

conclusão de curso no semestre vigente desde que os Planos de cursos sejam aprovados pelos Departamentos, pelos Conselhos de Centro e receba parecer favorável da comissão de biossegurança da UFERSA." (proposta pelo CE e aprovada por sete votos favoráveis e seis votos contrários). Em seguida, a proposta de supressão do parágrafo terceiro do artigo segundo feita pelo CMPF foi votada e reprovada por sete votos contrários, seis votos favoráveis e duas abstenções. Após as discussões e chegando às três horas de reunião, o conselho decidiu finalizar a sessão e iniciar uma nova sessão às oito horas e trinta minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte. SEGUNDA SESSÃO. O conselho seguiu aprovando as seguintes redações: "artigo quinto: Será concedida aos discentes regularmente matriculados assistência estudantil pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) em articulação com as Coordenações de Assistência Estudantil dos campi enquanto a emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-DEZENOVE)." (proposta pelo CE e aprovada por nove votos favoráveis e seis votos contrários). Posteriormente, a proposta do CE de transformação do artigo oitavo em parágrafo único do artigo sétimo, com a seguinte redação: "Ao docente fica autorizado registrar no RID e no PID as capacitações por ele realizadas para o ensino remoto de emergência, conforme certificação apresentada." foi votada e aprovada por treze votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. A proposta feita pelo CMPF de transformação do artigo oitavo em inciso II, com as seguintes redações: "artigo: A carga horária das atividades de ensino, respeitando a excepcionalidade e a particularidade das atividades acadêmicas desenvolvidas excepcionalmente no semestre dois mil e vinte ponto dois e as atividades que forem realizadas remotamente, deve ser registrada considerando que: I - Fica autorizado ao docente registrar, na carga horária declarada no RID, o valor multiplicado por um e meio para cada hora/aula de atividade acadêmica remota ministrada ao discente de graduação. O valor obtido será considerado "regrab de três"para pontuação no Grupo I das Resoluções CONSUNI UFERSA número dez de dois mil e quatorze e cinco de dois mil e dezessete. Il - Ao docente fica autorizado registrar no RID e no PID as capacitações por ele realizadas para o ensino remoto de emergência, conforme certificação apresentada" foi votada e aprovada por onze votos favoráveis e quatro votos contrários. A proposta feita pelo CE de criação de um artigo após o artigo oitavo, com a seguinte redação: "artigo: A carga horária das atividades de ensino desenvolvidas, enquanto durar o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-DEZENOVE), e que forem realizadas remotamente deve ser registrada considerando que: I fica autorizado ao docente registrar, na carga horária declarada no RID, o valor multiplicado por um e meio para cada hora/aula de atividade acadêmica remota ministrada ao discente de graduação" foi votada e aprovada por sete votos favoráveis, um voto contrário e sete



142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

abstenções. Em seguida, o conselho deu continuidade à discussão da minuta aprovando as seguintes redações: "parágrafo terceiro do artigo nono: O docente deve realizar, no mínimo, vinte e cinco por cento da carga horária do componente curricular com atividades síncronas por meio de plataformas digitais." (proposta pelo CE e aprovada por treze votos favoráveis e dois votos contrários); "parágrafo quarto do artigo nono: As atividades síncronas só podem acontecer no mesmo horário que o componente curricular é cadastrado no formato presencial para evitar choque de horários com outras turmas." (proposta original e aprovada por doze votos favoráveis e três votos contrários); "parágrafo quinto do artigo nono: "É facultado ao discente e ao docente manter a sua webcam ligada na realização das atividades síncronas." (proposta pelo CE e aprovada por dez votos favoráveis e cinco votos contrários); "artigo décimo: Os docentes poderão optar por ministrar suas aulas remotas usando o espaço físico e recursos disponíveis da instituição, devendo a UFERSA disponibilizar todos os mecanismos para isto, de acordo com o protocolo de biossegurança da UFERSA e prevenção à contaminação e propagação da COVID-DEZENOVE." (proposta pelo CMA e aprovada por nove votos favoráveis, cinco votos contrários e uma abstenção); "parágrafo primeiro do artigo décimo: A UFERSA fica obrigada a disponibilizar os materiais de expediente e tecnológicos necessários para o adequado funcionamento dos componentes curriculares." (proposta pelo CE e CMPF e aprovada por treze votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção); "parágrafo terceiro do artigo décimo: O protocolo de biossegurança será amplamente divulgado pela UFERSA e deverá ser cumprido por todos que fizerem uso do espaço físico e recursos disponíveis em cada campus." (proposta pelo CMA e aprovada por nove votos favoráveis e seis votos contrários); "artigo décimo segundo: Anexar esta Resolução a todos os PPCs dos cursos presenciais da UFERSA como forma de registro da excepcionalidade durante o período remoto, enquanto a emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-DEZENOVE)." (proposta pelo CE e aprovada por doze votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção); "parágrafo primeiro do artigo décimo terceiro: Os planos de curso cadastrados no SIGAA, elaborados pelos docentes, deverão fazer referência a esta Resolução e serem aprovados em Reunião Departamental e disponibilizados aos discentes, antes do início de cada semestre letivo." (proposta pelo CMC e aprovada por quatorze votos favoráveis e um voto contrário); "inciso primeiro do parágrafo segundo do artigo décimo terceiro: os encontros síncronos são interações simultâneas entre o docente e os discentes." (proposta pelo CE e aprovada por unanimidade); "inciso quarto do parágrafo segundo do artigo décimo terceiro: na turma virtual do SIGAA o docente deve registrar as atividades a serem realizadas ao longo do semestre remoto e cadastrar, à medida que forem sendo solicitadas, as atividades a serem desenvolvidas pelos discentes." (proposta original e aprovada por treze votos favoráveis e dois votos contrários); "parágrafo terceiro do



178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

artigo décimo terceiro: Os planos devem conter: a metodologia a ser aplicada; atividades síncronas (respeitando os horários definidos para a turma); atividades assíncronas plataforma de acesso, prazos, especificações; procedimentos avaliativos, disponibilizando as informações com a maior antecedência possível." (proposta pelo conselheiro Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva e aprovada por quatorze votos favoráveis e um voto contrário); "parágrafo primeiro do artigo décimo quarto: Dadas as diferentes condições individuais de acesso e de aprendizagem remota dos(as) discentes, eventuais avaliações individuais e/ou coletivas, devem ser valorizadas propostas assíncronas e flexibilidade nos prazos de entrega de atividades pelos discentes a partir das situações por estes justificadas." (proposta original e aprovada por dez votos favoráveis e cinco votos contrários); parágrafo segundo do artigo décimo quarto: As avaliações, provas e trabalhos deverão estar disponíveis para a execução dos discentes por um período mínimo de oito horas. (proposta pelo conselheiro Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva e aprovada por seis votos favoráveis e cinco votos contrários). Em seguida, a proposta feita pelo CE de criação do parágrafo terceiro do artigo décimo quarto, com a seguinte redação: "As avaliações assíncronas deverão estar disponíveis para os discentes por um período mínimo de doze horas, ficando a critério do docente definir o tempo de execução" foi votada e aprovada por sete votos favoráveis, seis votos contrários e uma abstenção. O conselho deu continuidade à discussão aprovando as seguintes redações: "artigo décimo quinto: apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) perante comissão ou banca avaliadora, caso prevista no PPC, deverá ser realizada via webconferência, de forma síncrona, em data e horário de comum acordo entre todos (as) os participantes, respeitando as condições de acessibilidade individuais dos participantes." (proposta pelo conselheiro Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva e aprovada por doze votos favoráveis e três votos contrários); "artigo décimo sexto: O conjunto das atividades desenvolvidas pelos discentes será computado como frequência." (proposta original e aprovada por doze votos favoráveis, um voto contrário e duas abstenções); "parágrafo único do artigo décimo quinto: O registro de frequência dos(as) discentes será verificado em conformidade ao acompanhamento e realização das atividades síncronas e assíncronas que foram propostas no plano de curso." (proposta original e aprovada por oito votos favoráveis, seis votos contrários e uma abstenção); "artigo décimo sétimo: Será permitido ao discente optar pela matrícula em componentes curriculares de outros campi, realizados excepcionalmente de forma remota." (proposta pelo CMPF e aprovada por oito votos favoráveis, seis votos contrários e uma abstenção); "artigo décimo oitavo: A exclusão definitiva do componente curricular, via sigaa, poderá ser solicitada até o último dia letivo, durante o semestre excepcionalmente remoto, sem prejuízo no histórico e nos índices acadêmicos dos discentes." (proposta original e aprovada por nove votos favoráveis e seis votos contrários);



214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

"parágrafo primeiro do artigo décimo oitavo: Não serão realizados cancelamentos de curso do tipo abandono (não realização de matrícula em componente curricular ou não trancamento) no semestre letivo enquanto perdurar a emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-DEZENOVE)." (proposta pelo CE e aprovada por treze votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção); "parágrafo segundo do artigo décimo oitavo: O discente que não estiver matriculado em nenhum componente curricular poderá concorrer à editais próprios de seleção de bolsas de pesquisa e extensão enquanto a emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-DEZENOVE)." (proposta pelo CE e aprovada por treze votos favoráveis e dois votos contrários); "parágrafo terceiro do artigo décimo oitavo: Enquanto perdurar o ensino excepcionalmente remoto na UFERSA, somente haverá encerramento de vínculo de discente com a UFERSA quando a pedido do discente ou devido à conclusão do curso." (proposta pelo CE e aprovada por doze votos favoráveis e três votos contrários); "parágrafo quinto do artigo décimo oitavo: O professor deve receber da CAADIS e ou do NEAD apoio pedagógico para casos especiais, mediante solicitação." (proposta pelo CE e CMPF e aprovada por dez votos favoráveis e cinco votos contrários). Em seguida, a proposta do CE de um artigo antes do capítulo das disposições finais, com a seguinte redação: "Em função do disposto no artigo décimo oitavo, caput, fica assegurado ao docente o direito à consolidação da turma pela qual é responsável no semestre excepcionalmente remoto e o consequente registro da carga horária dedicada no RID, mesmo que ao final do semestre todos os alunos matriculados tenham removido suas matrículas da turma" foi votada e aprovada por doze votos favoráveis e três votos contrários. Logo após, a minuta como um todo foi votada e aprovada por unanimidade. O presidente, Roberto Vieira Pordeus, propôs que a reunião se estendesse até às doze e quarenta e cinco daquele mesmo dia. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Em seguida, a proposta original do calendário de dois mil e vinte ponto dois apresentada pela PROGRAD foi votada e reprovada por onze votos contrários e quatro votos favoráveis. Em seguida, a proposta do calendário de dois mil e vinte ponto dois apresentada pelo CE foi votada e aprovada por doze votos favoráveis e três votos contrários. Logo após, a proposta original do calendário de dois mil e vinte e um ponto um apresentada pela PROGRAD foi votada e aprovada por sete votos favoráveis, seis votos contrários e uma abstenção. SEGUNDO PONTO. Sem discussões, o calendário da pós-graduação foi votado e aprovado por onze votos favoráveis, dois votos contrários e duas abstenções. Nada mais havendo a discutir, o presidente, Roberto Vieira Pordeus, agradeceu a presença de todos os conselheiros e deu por encerrada a reunião. E eu, Cibelle dos Santos Carlos Amorim, Secretária ad hoc dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia vinte e cinco de



250	fevereiro de dois mil e vinte e um, segue assinada pelo presidente em exercício do CONSUNI
251	pelos demais Conselheiros presentes a esta reunião e por mim. Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
252	Presidente:
253	Roberto Vieira Pordeus
254	Pró-Reitores:
255	PROEC: Paulo Gustavo da Silva
256	PROGRAD: Sueldes de Araújo
257	PROPPG: Glauber Henrique de Sousa Nunes
258	Centro de Ciências Agrarias – CCA:
259	Aurélio Paes Barros Junior
260	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS:
261	Lívio Carvalho de Figueiredo
262	Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:
263	Rafael Castelo Guedes Martins
264	Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:
265	Ângelo Magalhães Silva
266	Centro de Engenharias – CE:
267	Manoel Quirino da Silva Junior
268	Centro Multidisciplinar de Angicos – CMA:
269	Francisco Edcarlos Alves Leite
270	Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:
271	Hudson Pacheco Pinheiro
272	Representante técnico-administrativo:
273	Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros
274	Representante discentes:
275	Gustavo Giuseppe Medeiros Cavalcante e Silva
276	Anne Janaina Toscano dos Santos Silva
277	Ianara Maressa Macedo da Rocha
278	Secretária <i>ad hoc</i> dos Órgãos Colegiados:
279	Cibelle dos Santos Carlos Amorim